

As políticas de combate ao Terrorismo durante os governos de George W. Bush e Barack H. Obama¹.

URZEDO, Clara Souza²

RESUMO: O presente artigo visa discutir as políticas de combate ao terrorismo durante as administrações de George W. Bush e Barack H. Obama na qual, as medidas adotadas em ambos governos visaram diminuir atuação de facções e grupos terroristas no campo interno e externo dos Estados Unidos. Em grande medida, as políticas de combate ao mesmo surgem após o onze de setembro, que representou o símbolo da invulnerabilidade do governo americano com relação a esse ator internacional. Desse modo, será feita uma análise histórica desse período a fim de compreender como o terrorismo cresce no cenário internacional e como ele afeta as relações internacionais.

PALAVRAS CHAVES: Estados Unidos. Terrorismo. Contraterrorismo. George W. Bush. Barack H. Obama.

ABSTRACT: This article aims to present policies to combat terrorism during the administrations of George W. Bush and Barack H. Obama in which the measures adopted in both governments aimed at reducing the performance of factions and terrorist groups in the internal and external field of the United States. To a large extent, policies to combat it come after September 11, which represented the symbol of the American government's invulnerability towards this international actor. In this way, a historical analysis of this period will be made in order to understand how terrorism grows in the international scene and how it affects international relations.

KEYWORDS: United States. Terrorism. Counter Terrorism. George W. Bush. Barack H. Obama.

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (clarasouzaurzedo10@gmail.com).

1.Introdução

O terrorismo tem sido foco das discussões internacionais devido à expansão de grupos terroristas, os quais detêm um espaço importante no contexto das relações internacionais, sendo, inclusive, considerados relevantes problemas de segurança internacional. Assim, quando nos referimos a esse tema devemos ter em mente que tomasse diferentes formas e abordagens constituindo ao que chamamos, hoje, de terrorismo moderno. Desta maneira, uma descrição para o mesmo pode ser dada pela criação de atores que não é a personificação do Estado, mas a facções ideológicas, étnicas ou políticas que partem de dentro do Estado (WEDGWOOD, 1999).

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, só no ano de 2016, houve, em média, 923 ataques terroristas que causaram 2.135 mortes e feriram 2.818 pessoas, envolvendo 1.295 reféns ou vítimas de sequestro por mês, em todo o mundo (UNITED STATES, 2016). Nesse sentido, dentre os principais palcos em que ocorreram ataques podemos destacar Afeganistão, Iraque, Paquistão e Índia. Ao contrário do que parece, os países desenvolvidos como os Estados Unidos não sofrem tantos ataques quanto os países acima citados. Com o intuito de apresentar, de forma sistematizada, as principais localidades afetadas por conflitos, apresento a tabela abaixo, com dados de 2016:

Tabela 1. Os dez países que sofreram com mais ataques terroristas, em 2016.

	Total de ataques		Total de mortes		Mortes por ataque		Total de feridos		Feridos por ataque		Total de sequestro e reféns	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<i>Iraque</i>	2965	2965	9764	6973	3,44	3,01	13314	11900	4,74	2,25	8586	4008
<i>Afganistão</i>	1340	1716	4561	5312	3,58	3,24	5054	6250	4,03	3,99	1673	1134
<i>Índia</i>	927	798	337	289	0,38	0,38	636	500	0,73	0,66	317	866
<i>Paquistão</i>	734	1010	355	1087	1,34	1,11	1729	1338	2,43	1,37	450	273
<i>Filipinas</i>	482	490	272	260	0,58	0,54	418	430	0,90	0,90	216	127
<i>Nigéria</i>	466	588	1832	4940	4,35	9,13	919	2786	2,66	7,70	265	858
<i>Síria</i>	363	387	2088	2767	6,42	7,91	2656	2830	9,16	9,63	1406	1476
<i>Turquia</i>	363	309	657	337	1,81	1,11	2282	828	6,37	2,78	18	141
<i>Iêmen</i>	363	460	628	1517	1,89	3,90	793	2599	2,44	6,97	173	456
<i>Somália</i>	359	241	740	659	2,18	3,05	943	463	2,91	2,28	373	161
<i>No mundo</i>	11072	12121	25621	29424	2,44	2,56	33814	37419	3,32	3,40	15543	12264

Fonte: United States Department of State, 2016.

Assim, é importante notar como esse ator apenas cresce tendo sido catapultado para o centro dos debates após os atentados terroristas de 11 de setembro, tornando-se um dos temas principais na agenda norte-americana, além de estar bastante presente em organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Logo, a crescente onda de insegurança que os ataques terroristas provocaram fez com que novas medidas fossem adotadas pelo governo americano. Foi durante o mandato de George W. Bush (2001-2009) que algumas dessas providências foram tomadas, como por exemplo, a criação do *Homeland Security*, em 2002, um departamento de segurança interna dos Estados Unidos, com a função de proteger o território contra qualquer ataque terrorista ou desastres naturais.

À luz da breve síntese acima, o objetivo deste trabalho é compreender as políticas contra terroristas desenhadas pelos governos George W. Bush e Barack Obama (2009-2017). Entendo que o estudo desse tema é importante para entender o posicionamento da política externa norte-americana no sistema internacional, sobretudo, criando condições para que o então presidente, George W. Bush, desenvolvesse a tão controversa Guerra Contra o Terrorismo.

Durante os mandatos de George W. Bush e Barack Obama, houve grande desenvolvimento de tecnologias capazes de capturar terroristas, como a criação de *drones* e diversas práticas ilegais interrogatórias como ocorridas na prisão de *Guantanamo Bay*. Desta maneira, há uma ampliação dos poderes executivos, que promoveram ações tanto por parte do governo de George W. Bush quanto de Barack Obama que visavam o combate do fenômeno terrorismo mas ao mesmo tempo o a práticas utilizadas foram alvo de críticas durante suas administrações aumentando a impopularidade de ambos presidentes.

Desse modo, o presente artigo faz a análise histórica das administrações dos presidentes citados acima, ressaltando as principais medidas instauradas durante seus governos no combate ao terrorismo. Logo, a hipótese alcançada durante o trabalho leva a um questionamento fundamental: Mesmo com as diferenças partidárias, seria possível afirmar que as políticas aplicadas durante o governo de Obama mantêm uma linha contínua com a de seu antecessor?

Portanto, o trabalho fornece uma revisão literária a fim de analisar como o terrorismo surgiu e como sua atuação interfere na política internacional. De tal forma que o artigo será dividido em quatro seções. A primeira é a introdução, que traçaram o panorama geral do assunto tratado. Já a segunda parte apresenta o arcabouço analítico para discutir qual o significado de terror, terrorismo e contraterrorismo. Na terceira seção, será feita análise histórica dos governos de George W. Bush e Barack Obama para elucidar as políticas implementadas no combate ao terrorismo durante suas administrações, e por fim, teço as considerações finais.

2. Arcabouço analítico

O estudo sistemático do fenômeno do terrorismo que culminou em sua consolidação como campo de pesquisa, teve início nos anos 1970, sendo os pesquisadores pioneiros desse objeto Gurr (1970), Rapaport (1971) e Crenshaw (1972), entre outros (TOLEDO; MIKHAEL, 2018). Dentro de tais estudos, é possível identificar que o surgimento do tema se deu devido a guerrilhas urbanas como a ocorrida em *Baader Meinhof*, na Alemanha, e as Brigadas Vermelhas, na Itália. Uma das principais indagações desse grupo de pesquisa é a argumentação da natureza política do terrorismo e como as práticas dos grupos estavam voltadas para a restituição do status quo particular. Logo, em 1972, surgem centros de pesquisas importantes voltados para o estudo do assunto, dentre eles, o programa da RAND de estudos sobre terrorismo, liderado por Brian Jenkins, em 1972 (TOLEDO; MIKHAEL, 2018).

Entretanto, mesmo com a criação de centros de pesquisas e programas voltados para o estudo do terrorismo, a discussão sobre o tema atinge o nível de estagnação durante os anos de 1980 e 1990. É dentro dessa conjuntura que surge, por exemplo, o controverso conceito do novo terrorismo, em resposta, sobretudo, aos acontecimentos no Líbano, em 1980, reforçado pelos ataques às Torres Gêmeas, em 1993 (NEW YORK TIMES, 2017). Assim sendo, o novo terrorismo assume posicionamento diferente do que fora previsto durante os anos 1960 e 1970, e atribui arquétipos culturais e religiosos. Ademais, a globalização tecnológica criou um cenário desigual culminando em ações desproporcionais, o que poderia resultar em um maior número de vítimas pelo terrorismo (TOLEDO; MIKHAEL, 2018).

Segundo Toledo; Mikhael (2018), após o 11 de setembro, o crescimento de publicações acadêmicas voltadas para o estudo do terrorismo cresceram drasticamente. Em grande medida, os números de trabalhos produzidos está relacionado ao maior interesse público e financiamento na área. Contudo, a crítica voltada para tal questão foi altamente endurecida. Dentre os fatores analisados, as pesquisas feitas dependiam mais de fontes secundárias do que primárias, o que poderia afetar as pesquisas de campo, pois deveria existir uma base sólida para afirmar teses e explicar com fundamento, a influência desse ator no campo internacional. Outro ponto levantado era de que o terrorismo era visto como algo sem precedentes e exclusivo. Por conseguinte, ganha maior destaque após o ataque às Torres Gêmeas e seu campo de estudo cresce, com bases empíricas, a partir de outros ataques, como o acontecido em 2005, no metrô de Londres (TOLEDO; MIKHAEL, 2018).

A partir das etapas analisadas, é possível fazer menção à última fase do estudo a respeito do terrorismo, que são estudos críticos focados em sua natureza e nas políticas de combate. Logo, as questões levantadas após o 11 de setembro deságuam em embate teórico de como o fenômeno terrorismo surge, e, é possível perceber que existem diversas definições que o determinam. Mas a lacuna, que surge, nesse momento, é de que vários autores evitam rotular o fenômeno como um acontecimento descontrolado cometido, principalmente, por atores não estatais. Tal definição é estabelecida pelos Estados e organismos internacionais, contudo, tal elucidação não fornece respaldo analítico suficiente para o entendimento do terrorismo, justamente porque o mesmo pode ser confundido com qualquer ato criminoso, e essa distinção deve ser feita.

Em vista disso, antes de definir como o terrorismo atua e seu impacto nas ações políticas por parte do governo americano, é preciso explicar qual a significação do termo, para compreender melhor como a expressão carrega atribuições importantes e que,

consequentemente, refletem nas ações deliberadas por esses grupos. Assim, detém definições específicas, como elucidada o autor Paul Pillar (2001):

Uma definição tão boa quanto qualquer outra, dada alguma clarificação e pequenas modificações, é a estatutária que o governo dos EUA usa na manutenção de estatísticas sobre terrorismo internacional: terrorismo, para esse propósito, significa “violência premeditada e politicamente motivada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais” ou agentes clandestinos, geralmente destinados a influenciar uma audiência (PILLAR, 2001, p. 13, tradução nossa).

O ato terrorista é classificado dentro de quatro elementos constitutivos, conforme Pillar (2001) prevê. O primeiro é que qualquer ato terrorista tem uma intenção e uma decisão prévia e, desse modo, o terrorismo não acontece por “acidente” mesmo que seja incentivado pelos sentimentos de raiva ou impulsividade, as práticas terroristas são calculadas e não dadas pelo “calor do momento”. O segundo elemento o define como sendo algo macro, partindo de uma ideia maior, em que a mudança seja na ordem global e não nos dados de violência interna do país. A diferença entre o terrorismo e os criminosos violentos é a de que o primeiro, de acordo essas facções, é realizado para fins maiores. Já o terceiro fator repousa sobre o fato de que esses grupos atacam pessoas que não revidam com violência, denominado por Pillar (2001) como “*noncombatant*”, o que se difere de um conflito com o exército, o qual tem capacidade de atacar de volta. A ideia do não-combatente tratada pelo autor se refere não só a civis, mas, também, a militares que podem estar desarmados no momento do ataque. E por último, os terroristas podem ser considerados grupos subnacionais ou agentes ilegais classificando, assim, a diferença entre terrorismo e operações militares. Para o autor, um ataque feito a partir do governo, no qual seus integrantes estejam uniformizados e devidamente identificáveis caracteriza-se como guerra e não terrorismo (PILLAR, 2001).

Destarte, definir em termos exatos como e onde surgem os preceitos para a criação da palavra terrorismo é o mesmo que tentar estabelecer regras e padrões adotados por tais grupos, o que pouco implica na presente análise, já que é fator variante, visto que, depende das ações e como influenciam no cenário internacional. Por exemplo, uma pessoa pode cometer um ato terrorista, mas isso não significa que ela faz parte de um grupo em si, como Al- Qaeda³ ou ISIS⁴. Logo, tornaria a exposição do tema algo generalizado e pouco empírico para o estudo.

³ Al- Qaeda é uma organização fundamentalista islâmica internacional que tem o intuito de disputar o poder geopolítico no Oriente Médio. Fazendo parte dos ataques às torres gêmeas no 11 de setembro, como também a sede do jornal Charles Hebdo em Paris.

⁴ ISIS, Estado Islâmico (EI) e ISIL são as siglas utilizadas para designar o grupo terrorista jihadista islâmico que suas bases operacionais no Oriente Médio.

Sob a perspectiva de Eugênio Diniz (2002), é possível estudar o terrorismo como fator social e não como algo estritamente jurídico, partindo da premissa de que o mesmo possui uma única maneira de fornecer ferramenta para análise, servindo de entendimento sobre como surgiu e para onde são direcionados seus fins. Por conseguinte, Diniz expõe de maneira simplificada, como o terror está relacionado ao fenômeno terrorismo, no seguinte trecho: “o meio do terrorismo não é o emprego ou ameaça de emprego da força, mas o emprego ou ameaça de emprego da força de uma maneira específica: o terror” (DINIZ, 2004, p.6, ênfase no original). Neste sentido, o terrorismo em si carrega aspirações políticas e, dessa forma, anseios econômicos que não estão ligados as questões políticas desprende das ideias ligadas ao termo. Da mesma maneira, uma destruição em massa tem seus propósitos excluídos, já que sua única intenção é o aniquilamento simples e puro.

Por isso, definir em termos jurídicos o que é o ato terrorista é muito difícil, pois ele parte de diversas análises. Eugênio Diniz (2002) tenta defini-lo a partir da percepção social, eliminando o ponto de vista constitucional. Portanto, quando se trata do mesmo, está implícito que há o uso da força, mas, muito do que está ligado ao ato terrorista advém do efeito psicológico que causa. No seu texto, Diniz usa o exemplo de uma pessoa que está em um shopping, lá encontra uma mochila que pode conter bombas e, ao informar à polícia o que está acontecendo, generaliza um pânico muito grande, causando um efeito psicológico caracterizado como terror. Logo:

Nesse sentido, um reconhecimento importante para uma circunscrição mais precisa do fenômeno de que estamos tratando é que o meio do terrorismo não é o emprego ou ameaça de emprego da força, mas o emprego ou ameaça de emprego da força de uma maneira específica: o terror. Algumas consequências teóricas relevantes já podem ser extraídas dessa simples consideração (DINIZ, 2002, p. 6).

Sob essa ótica, é possível definir que o emprego do terror, e não o da força, caracteriza terrorismo. Em seu texto, Diniz (2002) permite trazer as diferenças entre combates mais tradicionais, como as guerrilhas. Os guerrilheiros têm, como tarefa principal, atuar sobre outras forças combatentes, visando diminuir a influência da última e aumentando seu campo de atuação por meio dos inimigos. Até aí, o uso da força não está relacionado a termos materiais, mas na aposta de uma esfera de tempo distinto, expondo a intenção de lutar e agregando, a partir daí o conjunto de forças tanto psicológicas quanto materiais, resultando no sucesso específico previsto pelo grupo, e atraindo mais pessoas para sua causa (DINIZ, 2002).

Ou seja, o uso da força, seja ele potencial ou factual, é requisito para causar terror, isto é, o mesmo surge a partir do real potencial aos danos materiais como a vida e aos objetos das pessoas. Então, o terror é um mecanismo essencial e diferente do emprego da força. Daí,

surge a distinção entre ataque terrorista, guerra ou guerrilha, pois, para o primeiro, a correlação material de força é irrelevante para a destruição que causa, e é o efeito psicológico causado (terror e pânico) que leva a proposições essenciais para um ataque terrorista. Já em uma guerrilha ou na guerra regular, a destruição causada tem importância para si mesma.

Logo:

Neste sentido, pode-se dizer que o terrorismo é apenas uma parte, ou etapa, de um seqüenciamento de atos e engajamentos vinculados a um propósito político último, a que ele se vincula de maneira apenas indireta e não de maneira imediatamente perceptível. Desse modo, o terrorismo não deve ser entendido como uma estratégia propriamente dita; poderíamos chamá-lo, talvez, de um estratagema, num sentido um pouco mais rigoroso que o de um simples ardil, mas envolvendo necessariamente a ideia de despiste e ocultação de seus objetivos imediatos — mas não dos seus objetivos últimos (DINIZ, 2002, p.12).

E por fim, Eugênio Diniz atribui o “emprego político não-terrorista do terror” e o “emprego político terrorista do terror”. Para o autor, o primeiro se baseia na influência de um dos lados (no caso, o lado que emprega o terror) em que uma das partes busca controlar o comportamento da vítima, a fim de mudá-lo. Grande parte disso remete aos bombardeios causados em Hiroshima e Nagasaki, como também aos efeitos da Segunda Guerra Mundial e da Batalha da Inglaterra. Ambos os conflitos, tinham como resultado final que o inimigo reclamasse a paz e desistisse do combate. Outro ponto que vale ressaltar é como o “equilíbrio do terror”, durante a Guerra Fria, procura dissuadir um dos lados através de sua capacidade militar e, conseqüentemente, o receio de uma retaliação nuclear (DINIZ, 2002).

Já o emprego terrorista do terror mantém a vinculação indireta da prevista acima, pois o objetivo que esses grupos pretendem alcançar é algo a longo prazo, no qual a intenção primordial é alterar, no futuro, a correspondência das forças a seu favor, por meio de luta política ou causa. Desse modo, o terrorismo surge como ponte entre o presente e o futuro, a fim de conquistar seu objetivo final. Assim, a definição alcançada pelo autor sobre o terrorismo é:

Com tudo isso em vista, portanto, podemos entender terrorismo como sendo o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político — qualquer que este seja (DINIZ, 2002, p.13).

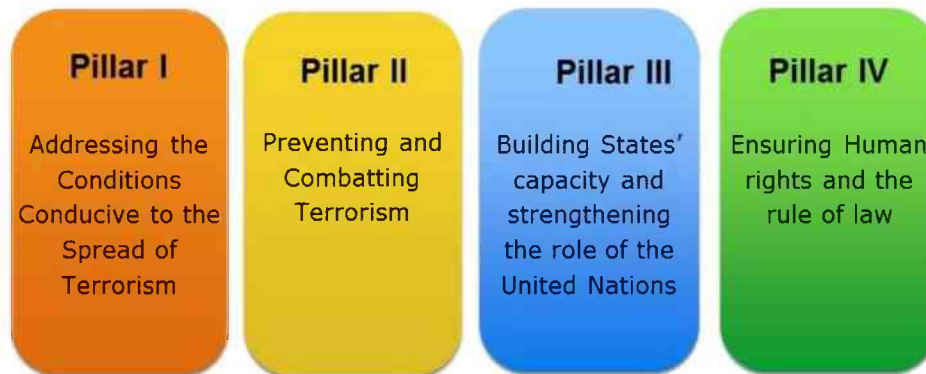
Em grande medida, o terrorismo surge como luta específica voltada para questões políticas e tendo, como o objetivo final, alterar a correlação de forças presentes no sistema internacional. O mesmo emprega o uso da força através do terror e o usa como forma de induzir o comportamento do oponente a fim de derrotá-lo. Logo, o combate requer procedimentos específicos que, por vezes, não são fáceis de implementar. E é dessa maneira

que surge o combate ao terrorismo o qual permite análise mais profunda sobre o que deve se fazer quanto a esse ator (DINIZ, 2002).

O contraterrorismo ou *Counterterrorist Policy* são medidas criadas pelos governos no combate aos ataques terroristas. Diante disso, é possível imaginar que a dimensão das políticas criadas no embate contra o mesmo envolve articulações por parte da política externa do país com relação aos demais governos estrangeiros, assim como, altos custos voltados por parte de agências de segurança como FBI, CIA, e outros e o financiamento por parte do Estado, caso precise de forças armadas no combate do mesmo (CAMPOS, 2007).

Dessa maneira, a Organização das Nações Unidas (UN) adotou em setembro de 2006, um instrumento global que visa a melhoria dos esforços nacionais, regionais e internacionais para o combate do terrorismo. A estratégia criada pela UN é revisada a cada dois anos, deixando um documento registrado para todos os estados membros na luta contra o terrorismo. A quarta revisão da estratégia foi feita em junho de 2014 pelo Secretário Geral das Nações Unidas e incluía um panorama geral do contexto do terrorismo e algumas recomendações e medidas que deveriam ser tomadas na luta contra o mesmo. O *Global Counter-Terrorism Strategy* engloba quatro pilares essenciais desde sua criação, conforme a figura abaixo:

Imagem. Estratégia Global Contra o terrorismo previsto pelas Nações Unidas.



Fonte: UNITED NATIONS - Office Of Counter-Terrorism, 2018.

O primeiro pilar é endereçado às condições propícias à disseminação do terrorismo; o segundo, está relacionado à prevenção e combate do mesmo; o terceiro são medidas para fortalecer a capacidade dos Estados de prevenir e combater o terrorismo e fortalecer o papel do sistema das Nações Unidas a esse respeito e, por último, medidas para garantir o respeito dos direitos humanos para todos e o Estado de direito como base fundamental da luta contra o terrorismo (UNITED NATIONS, 2018).

Em conjunto com as ideias pregadas pelos quatro pilares da estratégia global contra o terrorismo, Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, instituiu um modelo chamado “os cinco D”. Sendo eles: Desencorajar os grupos descontentes de adotarem o terrorismo como estratégia; Denegar aos terroristas os instrumentos de que precisam para reproduzir o mesmo; Dissuadir os Estados de apoiarem as causas terroristas; Desenvolver a capacidade dos Estados em adotarem medidas na luta contra o mesmo; Defesa dos Direitos Humanos e o primado do direito salientando as liberdades fundamentais de cada indivíduo (ANNAN, 2005).

Já a visão de Eugênio Diniz (2002) relaciona o combate ao terrorismo a de dois fatores essenciais: a “neutralização” e o “desbaratamento”. Conforme o ponto de vista do autor, ambos os fatores necessitam de intensa participação de recursos de inteligência. No caso da neutralização, os mecanismos envolvidos seriam a antecipação dos ataques e, com isso, impedi-los. O outro ponto seria anteceder os objetivos visados pelo grupo como forma de prevenir a população dos ataques. No que concerne ao desbaratamento, cabe às agências de inteligência identificar os pontos críticos e inviabilizar as ações do grupo (DINIZ, 2002).

O autor define esses pontos críticos em quatro partes: o primeiro ponto são as necessidades logísticas; o segundo, são as finanças; o terceiro, a organização e o último, o apoio político. Necessidades logísticas seria a infiltração de agentes do governo capazes de descobrir a motivação do grupo e quando pretende atacar. Facilita as informações para o governo ajudando a achar possíveis lugares de refúgio escolhidos pelos terroristas (DINIZ, 2002).

Quanto ao segundo ponto, visto que os grupos necessitam de financiamento para mobilizar mais pessoas a aderir à causa, é importante inviabilizar esses recursos para que não consigam prosseguir com suas intenções. Porém, um ponto crítico, nesse sentido, seria o financiamento, por parte de governos, resultando em entraves. Caso esse entrave seja resolvido, a ação passa a ser bastante promissora conforme preconiza Diniz “sufocamento financeiro” do grupo terrorista. No terceiro ponto citado pelo autor, ele traz a importância da organização operacional do grupo, caso um membro da equipe que detém um papel substancial tenha problemas na execução de sua tarefa, pode impactar negativamente no grupo terrorista, o que o autor considera como desarticulação do grupo (DINIZ, 2002).

E por último, o apoio político, seja ele advindo do governo de algum país para o qual seja vantajoso financiar tais grupos, ou pessoas influentes que também tenham interesse em que algumas ações sejam efetivadas, esse ponto é caracterizado como o “isolamento” do grupo terrorista. É preciso que haja pressão por parte de outros governos, a fim de

desmantelar apoios alcançados por esses grupos e caso não funcione, pode desencadear uma guerra. Porém, como Eugênio Diniz propõe, o desbaratamento e a neutralização são procedimentos muito específicos e que, em algum momento, vai ajudar no combate ao terrorismo (DINIZ, 2002).

Sob a visão de Daniel L. Byman (2006), o combate ao terrorismo se dá de diversas formas, dentre elas, o cuidado com a informação que é coletada pelos países, assim como a diversificação da fonte. Muitas informações partem de regimes locais os quais podem, facilmente, manipular a notícia a seu favor. Uma forma de adquirir esses dados seria por meio de terceiros ou de grupos investigativos independentes como o *International Crisis Group*. Essas corporações podem trazer, de forma mais confiável, as informações importantes por meio do monitoramento dos grupos terroristas, sem interferir em acordos bilaterais que possam existir com o país investigado. Outro ponto analisado por Byman é um engajamento maior, por parte do governo, em realizar atividades como treinamentos militares. Entretanto, nem sempre a cultura militar criada pode ser mudada, pois não há como mudar os interesses fundamentais do exército. Logo:

Como resultado dessas barreiras, são necessárias expectativas realistas. Os Estados Unidos não têm soluções prontas para o problema dos estados fracos, que está no núcleo de muitas das fraquezas de seus aliados na contra-insurgência. A pressão diplomática e as atividades de engajamento militar em tempo de paz podem ajudar a melhorar o esforço do governo contra as insurgências, mas seu histórico provavelmente será, na melhor das hipóteses, irregular. Além disso, esses esforços podem levar anos ou até gerações para produzir resultados significativos. Reconhecer as dificuldades neste processo e os limites prováveis ajudarão a conceber programas que sejam mais realistas e tenham expectativas adequadas (BYMAN, 2006, p. 113).

Dessa forma, o combate ao terrorismo torna-se um tema bem discutido e tratado com muita seriedade pelos governos. Como mencionado acima, algumas medidas foram adotadas pela ONU, mas nem sempre a luta obtém êxito. Por isso, é importante que as definições esclareçam melhor o que é ataque terrorista e crime e como ambos mantêm propósitos diferentes.

3. Análise histórica dos governos de George W. Bush e Barack Obama e as ações tomadas pelos presidentes no combate ao terrorismo.

Após o 11 de setembro, a política externa dos Estados Unidos sofreu inflexões importantes, implantou-se novas políticas contra o terrorismo e adotaram-se medidas rígidas para imigração, procurando dificultar o acesso de grupos terroristas ao território americano. Faz-se essencial citar como o governo de George W. Bush (2001-2009), durante esse período,

tomou decisões que delinham os contornos da política estadunidense atualmente, perpassando para governos posteriores. Consequentemente, o contexto histórico abarcado neste artigo são os mandatos de George W. Bush e Barack Obama (2009-2017) e a intensa luta contra o terrorismo durante seus mandatos.

A segurança sempre foi assunto aludido nos discursos políticos americanos, constantemente colocando a relação do “outro” como inimigo constante do Estado. Assim, quando aconteceu o atentado de 11 de setembro, as políticas desenvolvidas durante o governo de George W. Bush como unilateralismo e militarismo presentes em seus discursos, foram um reflexo do que poderia acontecer mais à frente com a política externa do país.

As medidas adotadas pelo governo como o *Homeland Security*, o *Patriot Act* e o *National Strategy for Combating Terrorism* foram ações implementadas no âmbito doméstico com o intuito de combater e precaver os Estados Unidos de outros ataques terroristas. George W. Bush também aderiu medidas internacionais que foram importantes tanto para o cenário político, quanto para o econômico, ações essas que culminaram em conflitos internacionais como a guerra no Iraque e a intervenção no Afeganistão. Desta maneira, será exposta a trajetória política antes e após o 11 de setembro e assim, relatando como as condutas inferiram em governos posteriores, como o de Barack Obama.

A administração de Bush Filho foi dividida em três fases dentro de dois mandatos. A primeira é identificada por diversos posicionamentos, dentre eles, uma onda neoconservadora, uma alta resistência por parte da população e baixa popularidade, em grande medida pela forma como fora conduzido o processo de eleição de George W. Bush, já que a Suprema Corte suspendera o processo de recontagem de votos (PECEQUILO, 2012).

Mesmo com a polarização que se instalara, não foi empecilho para que a Casa Branca não aderisse ao Tratado de Quioto e ao Tribunal Penal Internacional Permanente. Com um posicionamento cada vez mais unilateral e ações mais realistas e pragmáticas, o corpo administrativo do governo Bush: Condolleeza Rice, no Conselho de Segurança Nacional e Donald Rumsfeld, no Departamento de Defesa, repassam a imagem de um governo que pouco se preocupava com o multilateralismo e com as questões humanitárias como fora o de Bill Clinton. Contudo, na manhã do onze de setembro essa realidade mudou, em grande parte, porque a população demonstrou nacionalismo e pelo fato de os Estados Unidos terem sido expostos a ponto de não serem invulneráveis. Assim, os ataques às Torres Gêmeas tiveram caráter diferente, conforme Pecequilo (2012) traz:

O uso de aviões de carreira de conhecidas companhias norte-americanas, que levantaram voo de aeroportos de médio porte, reforçou essa sensação de temor e fragilidade. Associado em um primeiro momento às atitudes unilaterais de Bush filho,

os ataques tinham um contexto mais amplo: a contestação da dominação hegemônica, cuja supremacia militar não poderia ser combatida, mas cuja sociedade apresentava fissuras. Para explorar estas fissuras, o foco de 11/09 foram símbolos do poder social e econômico do país (as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque) e estratégico-político (Pentágono e prédios públicos em Washington, DC) (PECEQUILO, 2012, p. 20).

Mesmo que os atentados não tenham abalado o equilíbrio global, seus efeitos refletiram, tanto no âmbito interno, quanto externo do país. Uma onda neoconservadora se instaurou na sociedade e o inimigo, agora, passava a ser o terrorismo fundamentalista islâmico de teor transnacional. Segundo Pecequilo (2012) “Nas eleições de meio de mandato em 2002, os republicanos tiveram uma vitória significativa, passando a controlar tanto a Câmara quanto o Senado”. Desse modo, medidas começaram a surgir, dentre elas, o Ato Patriota criado em 2001, que era uma lei de combate ao terrorismo.

O ato, segundo Cristina Soreanu Pecequilo (2011), era uma forma de limitar a liberdade individual da população, além de prever a espionagem por parte de pessoas suspeitas de cometer atos terroristas. Houve, também, a flexibilização de interrogatórios em que se utilizavam de torturas, como no caso da prisão de Guantánamo e Abu Greb, medidas revistas pelo Departamento de Justiça. Conforme as ações adquiridas no *Patriot Act* em 2001, a desenvoltura da política externa norte-americana tomava rumos cada vez mais extremos e o mesmo englobava mais do que a retirada da liberdade individual interferindo em alguns casos, nos direitos humanos que são instâncias primordiais de qualquer cidadão. Nessa perspectiva, o Ato Patriota apresentou mais medidas que não foram descritas anteriormente, dentre elas:

Procedimentos aprimorados de vigilância para aplicação da lei, incluindo emendas à Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (FISA). Especificamente, o Ato Patriota deu às autoridades federais uma nova autoridade de vigilância em casos de terrorismo, bem como a capacidade de conduzir buscas de propriedade sem o consentimento ou conhecimento do proprietário ou ocupante; maior autoridade federal para congelar ativos financeiros de grupos terroristas suspeitos e indivíduos; medidas que aumentam a segurança das fronteiras, restringem a suspeita de capacidade terrorista para obter vistos e detém suspeitos de terrorismo nos EUA; novos estatutos criminais que ampliam a categoria de crimes relacionados ao terrorismo. Em particular, a Lei tornou ilegal fornecer "apoio material" para atividades terroristas (ROSENBACH; PERITZ, 2009, tradução nossa).

Outra medida doméstica implementada por Bush Filho, foi o *Homeland Security* criado em 2002 com intuito de precaver ataques terroristas e estabelecer a melhoria na segurança interna do país. Conforme o discurso proferido por George W. Bush, o *Homeland Security* seria responsável por:

O Departamento de Segurança Interna será encarregado de quatro tarefas principais: Esta nova agência controlará nossas fronteiras e evitará que terroristas e explosivos entrem em nosso país; trabalhará com as autoridades estaduais e locais para responder rápida e eficazmente às emergências; reunirá nossos melhores cientistas para desenvolver tecnologias que detectem armas biológicas, químicas e nucleares e

descubram as drogas e os tratamentos para melhor proteger nossos cidadãos; e este novo Departamento analisará as informações de inteligência e aplicação da lei de todas as agências do Governo e produzirá uma única imagem diária de ameaças contra a nossa pátria. Os analistas serão responsáveis por imaginar o pior e planejar contra isso (BUSH, 2002, tradução nossa).

Conforme Mueller; Stewart (2011), o *Homeland Security (DHS)* emitiu em 2009, um documento sobre a proteção da pátria. Neste, havia uma avaliação detalhada do objetivo levantado pelo departamento, o de que deveria existir uma avaliação rigorosa dos potenciais terroristas que poderiam ameaçar os Estados Unidos. Como previsto por ambos os autores, o relatório visava lidar com os números, tanto no campo doméstico, quanto internacional da quantidade de ataques terroristas assim como traçar o perfil dos integrantes de cada grupo (MUELLER; STEWART, 2011).

Outro programa criado no governo de George W. Bush foi o *National Strategy for Combating Terrorism* criado em 2003, e, posteriormente, reformulado em 2006, que tinha como motivação a defesa da pátria e do povo americano, sendo os principais pilares do governo estadunidense. O projeto previa o combate ao terrorismo, sempre ressaltando que a Guerra Contra o Terror desde o início, tinha sido uma batalha de armas e não de ideias. Contudo, a visão de liberdade e respeito aos direitos humanos que o governo tentava transmitir no campo internacional diferia os Estados Unidos dos regimes totalitários. Nesse sentido, o programa desenvolvido por Bush Filho tentava lidar com o paradigma do combate ao terrorismo que envolvia não apenas o uso das forças militares, mas o emprego das atividades diplomáticas rompendo com velhas ortodoxias de que o contraterrorismo ficaria a cargo tão somente da justiça criminal. A proposta do *National Strategy for Combating Terrorism* previa as seguintes ideias:

Avançar democracias eficazes como o antídoto de longo prazo para a ideologia do terrorismo; Impedir ataques de redes terroristas; negar aos terroristas o apoio e o santuário de estados desonestos; negar aos terroristas o controle de qualquer nação que usem como base e plataforma de lançamento do terror; colocar as fundações e construir as instituições e estruturas que precisamos para levar adiante na luta contra o terror e ajudar a garantir nosso sucesso final (WHITE HOUSE, 2006, Tradução nossa).

No panorama externo, a Guerra Global Contra o Terror (GWT) surge e passa a ser um exemplo nítido de que a hegemonia norte-americana não seria abalada e muito menos subestimada. O slogan da “guerra justa” em conjunto com a democracia é utilizado no combate a Al Qaeda dando destaque ao território do Afeganistão. A Guerra Global contra o Terror vem com o objetivo de destruir atores estatais e não estatais. Contudo, sua atuação passa a ser puramente contra Estados. Dessa maneira, a *Global War on Terrorism* resultou em

duas guerras, a primeira, em 2001, com a invasão do Afeganistão e, em 2003, no Iraque, que serão tratadas mais adiante (PECEQUILO, 2011).

Em meio a esse cenário e com a confirmação de que Osama Bin Laden e a Al-Qaeda estavam diretamente ligados aos atentados cometidos, o presidente exigiu que os líderes da organização que estavam em território afegão fossem entregues ao governo americano, acirrando a ira despertada pelo povo e pelo governo, e, em 7 de Outubro de 2001, houve intervenção armada no Afeganistão.

Os motivos pelos quais o governo norte-americano decidiu invadir o território do Afeganistão podem ser pautados em três razões principais. A primeira dela seria o agravamento do sentimento de ódio em resposta aos ataques que aconteceram no dia 11 de setembro. O segundo motivo seria uma forma de desestimular os Estados da comunidade internacional apoiarem em grupos terroristas, como no caso do governo Talibã, e, por último, aniquilar qualquer força que estivesse relacionada às facções terroristas e capturar os líderes encabeçados pelos ataques (DA SILVA, 2014).

Desse modo, a Estratégia de Segurança Nacional adotada pelos Estados Unidos, em 2002, buscava deter a organização terrorista, a captura de Osama Bin Laden e a reconstrução do Estado. Destarte, a política não se baseava apenas no uso da força militar mas também, em reconstruir os Estados que estavam adotando a causa terrorista como forma de estabelecer poder e fornecer suprimentos para tais grupos. Dessa forma, ocorreu a derrubada do regime Talibã mas o objetivo principal que era destruir a Al-Qaeda e a captura de Osama Bin Laden não se concretizou. Entretanto, Bush Filho não restringiu a guerra contra o terrorismo apenas à invasão do Afeganistão. Para o Presidente, o combate a esses grupos estava apenas começando e seria questão de tempo para que fossem destruídos e Osama Bin Laden, capturado (DA SILVA, 2014).

Em 2002, surge o novo “eixo do mal” como foi destacado por George W. Bush durante seu discurso em West Point, o qual era o resultado de estados falidos ou bandidos, como citado por Pecequilo (2012). O eixo agregava, países como Irã, Iraque, Coréia do Norte, Cuba, Líbia e Síria. Bush, adquiriu posicionamento firme quando se tratava desse novo eixo, pois a retórica utilizada pelo Presidente era a de que o Iraque era patrocinado via estatal para manter as ações terroristas, pois somente assim, esses grupos teriam o auxílio às armas nucleares. Já o Irã e a Coréia do Norte não tiveram sucesso em tentar engajar nova aliança com os Estados Unidos. O Governo preferiu não estabelecer acordos entre eles, impondo sanções ao governo autoritário de Kim Jong-Un e recusando ofertas por parte da administração iraniana (BARNES; BOWEN, 2015).

Em 2003, eclodiu a guerra no Iraque. O motivo pelo qual o governo americano decidiu invadir o território iraquiano era que, de fato, o país possuía armas de destruição em massa e isso significava risco para a manutenção da paz e da segurança internacional, já que a detenção de armamento representava uma “bomba relógio” prestes a explodir a qualquer momento. Em segundo lugar, o governo americano temia que armas nucleares caíssem em “mãos erradas” a exemplo, de terroristas islâmicos (DA SILVA, 2014)

A operação militar, no Iraque, iniciada em 2003 resultou na rápida derrota de Saddam Hussein como consequência do método de “choque e terror”. Após a captura e julgamento de Saddam, este foi condenado à morte e executado em 2006. Mesmo com os alertas da CIA e do Departamento de Estado de que a transição iraquiana seria longa e necessitaria de mais esforços das tropas americanas, a Casa Branca e o Departamento de Defesa mantiveram confiança de seria um processo mais rápido. Desta maneira, Bush Filho determinou a vitória e o encerramento das principais operações militares realizadas pelo exército americano. Todavia, a situação iraquiana se agravava cada vez mais. Em grande medida, a população do Iraque não apoiava as ações que os Estados Unidos tentavam impor, como o ex-exilado iraquiano Ahmed Chalabi, que, conforme os desejos do governo norte-americano deveria assumir o poder no Iraque. Nesse ínterim, os Estados Unidos buscaram uma reconciliação com França, Alemanha e Nações Unidas para auxiliar na situação. Assim, Cristina Soreanu Pecequilo (2012), descreve essas ações no trecho abaixo:

Foi emitida a Resolução 1483, estabelecendo o fim das sanções ao Iraque e a transferência de responsabilidades à Coalizão da Vontade pela exploração do petróleo iraquiano (que passou a ser realizada em sua grande parte pela empresa Halliburton, associada ao Vice-Presidente Cheney, que superfaturavam os preços do bem). As Nações Unidas enviaram ao país Sérgio Vieira de Mello, diplomata brasileiro à frente de uma missão especial da organização para avaliar a situação do Iraque, que resultou em sua morte em um atentado em agosto de 2003 (assumido pelas desconhecidas Vanguardas Armadas do Segundo Exército de Maomé) (PECEQUILO, 2012, p. 133).

Em detrimento dos fatos abordados, em 2004, o governo americano apressou o processo de transição política, estabelecendo o Conselho do Governo Iraquiano (CGI) e a constituição provisória que lutava pela igualdade dos Direitos Humanos e eleições democráticas e livres. Assim, os Estados Unidos transferiram o poder das forças de ocupação para o governo iraquiano, tencionando uma constituição definitiva. Porém, o resultado foi contrário ao que se esperava, pois aumentou o índice de violência, o número de guerras civis e crescente morte de soldados americanos no Afeganistão e no Iraque, ocasionando a não retirada das tropas americanas de ambos os territórios (PECEQUILO, 2012).

Dessa forma, durante a administração de Bush Filho (2001-2009) a impopularidade aumentou de acordo com os acontecimentos dados após o ataque de 11 de setembro. Em grande parte, a má fama crescia em resposta à manutenção da guerra no Iraque e ao furacão Katrina, em 2005, que representou a falta de preparo do governo para conter tais situações levando, à sociedade a imagem contrária ao início de seu mandato (DA SILVA, 2014).

Em 2009, George W. Bush proveu artifícios para a retirada parcial das tropas americanas em bases e cidades do Iraque, e, em 2011 ocorreu a retirada total das mesmas. Logo, Bush Filho manteve as ideias propostas pelo Congresso até o fim de seu governo, deixando claro que a atuação militar em território iraquiano deveria continuar (DA SILVA, 2014).

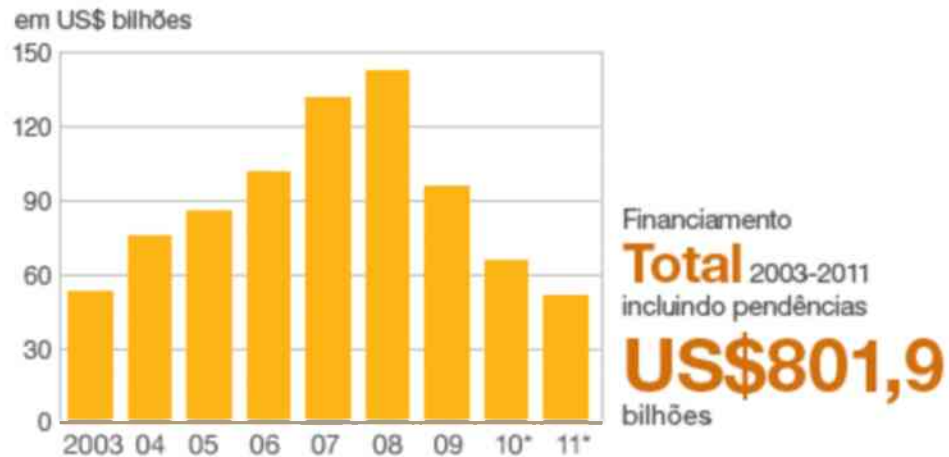
O impacto causado pela guerra contra o terrorismo gerou um cenário de incertezas quanto ao combate desse novo ator, assim como uma disputa ideológica por parte do governo Bush. Segundo ele, a democracia só seria assegurada se houvesse o combate ao terrorismo pois, só assim, a segurança mundial seria garantida. Entretanto o embate permitiu que o neoconservadorismo se alastrasse pela sociedade, gerando dúvidas quanto ao governo em questão; a tão famigerada Guerra Contra o Terror não teve um fim propriamente dito, e o líder da Al-Qaeda continuava solto (BARNE; BOWEN, 2015).

Em 2009, o democrata Barack Obama assumiu o poder sendo o primeiro presidente negro a assumir a presidência americana. Obama propôs novas medidas contra as questões relacionadas ao terrorismo, sancionando padrões adotados na guerra global contra o terror. O terrorismo nunca deixou de ser preocupação para o governo e não poderia deixar de ser durante o comando do novo presidente que apresentou planos para salvar a economia da recessão na qual se encontrava, adotando medidas menos unilaterais e se distanciando de alguns dos posicionamentos adotados por Bush durante sua administração. Obama ainda mantinha colocações firmes quando se tratava do terrorismo e, durante seu governo extinguiu as práticas brutais de interrogações por parte da CIA e agências de segurança internacional que faziam parte do governo americano (MILLER, 2016).

Nesse sentido, a administração do novo presidente tratou de excluir ações unilaterais como detectadas durante o governo de George W. Bush e melhorar a imagem dos Estados Unidos abalada depois das guerras no Afeganistão e Iraque. A impopularidade causada pelos conflitos foi um dos principais pontos tratados durante a campanha de Barack Obama, visto que, antes mesmo da crise econômica se instaurar nos Estados Unidos, em 2008, o conflito no Iraque, conforme dados publicados pela BBC (2011), teve mais de 800 bilhões em gastos

numa guerra sem fim, assim como 32 mil mortes de soldados americanos em combate. O gráfico abaixo, ilustra a quantidade gasta na guerra do Iraque, ao longo de 2003 até 2011:

Financiamento de operação dos EUA no Iraque



*inclui requerimentos pendentes

Fonte: estimativas do Serviço de Pesquisas do Congresso dos EUA, julho 2010

Fonte: (Serviço de Pesquisas do Congresso dos EUA APUD BBC BRASIL, 2011).

Mediante novas ameaças e sem a definição de um ator e das fronteiras estabelecidas, o que, certamente, constituíam perigo constante para a América, o Presidente Obama buscava alternativas para lidar com tais fatores de risco à segurança. Sob seu olhar os ataques de 11 de setembro foram um marco histórico para a política norte-americana marco esse que tentou transformar as diferenças em forças, promovendo maior união do povo americano. Porém, o governo subentendeu que a conduta a ser adotada deveria ser o uso de sua força através do medo como desculpa para seu nacionalismo exacerbado. Barack H. Obama (2009- 2017) estabeleceu cinco pontos principais durante seu governo e o primeiro deles seria a retirada gradual das tropas americanas no Iraque direcionando as forças militares para a captura dos líderes da Al-Qaeda e de Osama Bin Laden. O segundo item discutido, era concentrar esforços no combate ao terrorismo internacional instaurando novas medidas como a melhoria da capacidade militar e estratégica. A terceira meta prevista seria um plano global no combate à proliferação de armas nucleares e a modelagem das forças armadas para enfrentar novas metas e desafios. Por último, estabelecer parcerias e alianças fortes como forma de enfrentar os problemas de segurança internacional (DA SILVA, 2014).

Caminhado nesse sentido, a administração de Obama procurou corrigir os erros cometidos pelo antecessor e implementar novas medidas de cunho mais multilateral, estabelecendo o conceito de Segurança Nacional e as vertentes abordadas, considerando

assuntos que antes faziam parte do contexto da política interna, e agora, passavam a ser assuntos da agenda de política externa. Logo, a Estratégia Nacional de Segurança em 2010, visava maior cooperação internacional e caráter multipolar e multilateral (DA SILVA, 2014).

O terrorismo era um dos principais focos do governo e a estratégia de segurança intensificada no Afeganistão e Paquistão configurava a tentativa de derrubar a influência de grupos de terroristas e do Talibã. Barack presumia que a quantidade de tropas americanas em território iraquiano apenas intimidava, a animosidade só aumentava e a retirada dos regimentos era iminente. Diante disso, ele pretendia acabar com o terrorismo de forma “justa” para que, no futuro, EUA e Iraque pudessem, ao menos, serem parceiros comerciais.

Através deste capítulo notável na história dos Estados Unidos e do Iraque, cumprimos nossas responsabilidades. Agora é hora de virar a página. Ao fazê-lo, estou ciente de que a guerra no Iraque tem sido uma questão contenciosa em casa. Aqui também é hora de virar a página. Esta tarde falei com o ex-presidente George W. Bush. É bem sabido que ele e eu discordamos da guerra desde o início. No entanto, ninguém pode duvidar do apoio do presidente Bush a nossas tropas ou de seu amor pelo país e do compromisso com nossa segurança. Como já disse, havia patriotas que apoiavam essa guerra e patriotas que se opunham a ela. E todos nós estamos unidos em reconhecimento por nossos homens e mulheres de serviço e nossas esperanças para o futuro dos iraquianos (OBAMA, 2010, tradução nossa).

No que concerne à Guerra Global Contra o Terror, o cerne seriam os conflitos instaurados no Afeganistão e Paquistão, pois, na visão de Obama, ambos representavam o epicentro dos grupos terroristas. Dessa maneira, duas propostas foram apresentadas por Obama, dentre elas o reforço de tropas americanas e acordos com aliados europeus da OTAN. Obama buscava extinguir a GWT passando a adotar outra expressão que, segundo Cristina Soreanu Pecequilo (2017), era “guerra contra o extremismo violento” (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Sob essa perspectiva, o Presidente realizou um encontro trilateral com “os presidentes Hamid Karzai (Afeganistão) e Ali Zardai (Paquistão), reafirmando a parceria para o combate à Al Qaeda e ao Talibã” (PECEQUILO; FORNER, 2017). De tal forma que a base da estratégia militar do governo era a captura de Bin Laden e bombardeios realizados pelo uso de *drones* admitidos durante o governo de Bush Filho, mas, efetivados durante a administração de Obama. Desse modo, o uso deles segundo Pecequilo (2017) foram importantes para:

Além de exercer o papel de vigilância, as aeronaves não tripuladas reduziam os custos econômicos e políticos da guerra, garantindo que menos soldados fossem enviados a campo. A contrapartida era que tais mecanismos não impediam o abatimento de civis e seu emprego culminava na violação da soberania e do espaço aéreo de outras nações. O episódio mais emblemático foi a operação realizada no Paquistão para a caça e captura de Osama Bin Laden, que foi morto em 2011 (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 113).

Entretanto, as relações entre EUA e Paquistão ficaram abaladas, pois, segundo o governo paquistanês, a operação não contou com aviso prévio. Como resposta, o governo Obama anunciou que o Paquistão, mesmo ajudando no combate ao grupo Talibã, ainda oferecia subsídios para manter outras redes terroristas, como no caso da Haqqani. Em 2014, o presidente assinou um acordo bilateral com o Afeganistão como forma de adotar manutenção estratégica, aumentando o número de soldados no território até 2024. Dessa forma, a guerra no Afeganistão se tornava um dos conflitos mais longos durante a história americana equiparada à Guerra do Vietnã (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Quanto ao conflito no Iraque, o ponto crucial foi o cumprimento do *Status of Forces Agreement* (PECEQUILO; FORNER, 2017) pelo qual, em 2010, o governo americano iniciou o processo de retirada do exército, sendo finalizado em meados de 2011. Durante a administração de Barack Obama, o conflito no Iraque representava altos custos para o governo (os quais não poderia manter devido a crise econômica), como também um desgaste da força militar americana, sendo que o cerne da questão estava centrada no Afeganistão e Paquistão.

A chave para o fim do conflito no Iraque partia mais de meios políticos do que fins militares. Os Estados Unidos assumiriam o papel de tentar reestruturar a política iraquiana e manter certa estabilidade. Ao mesmo tempo, as forças armadas americanas seriam redirecionadas para o Afeganistão, no combate à Al-Qaeda (DA SILVA, 2014).

Nesse sentido, o Iraque só voltou ao topo das prioridades em 2014, com a ascensão do Estado Islâmico, devido à ocupação de territórios no país e na Síria. Em meio ao cenário de incertezas, com o surgimento do EI, os ataques terroristas começaram a acontecer ao redor do mundo, como na França, Bélgica, EUA e outros países. O trecho abaixo elucida as ações tomadas pelo governo americano:

Obama retomou os bombardeios ao Iraque, em 2014, sem consultar as Nações Unidas. Essas intervenções aéreas foram acompanhadas pela França, e alguns países como Alemanha e Reino Unido forneceram apoio logístico (participaram dos esforços países como Egito, Kuwait, Omã, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Jordânia e Líbano) (PECEQUILO; FORNER, 2017, p. 114).

Em 2014, Barack Obama declarou guerra ao Estado Islâmico e autorizou, novamente, o uso da força militar no Congresso, em 2015. O resultado da demora das ações ocidentais diante do EI culminou em uma onda de imigração muito elevada. Nesse sentido, é possível analisar que as políticas de combate ao terrorismo, durante o período, não se desviaram totalmente, das condutas adotadas por Bush, pois, mesmo deslocando o exército e criando

uma melhor cooperação com os aliados, a guerra Global Contra o Terror ainda teve repercussões (PECEQUILO; FORNER, 2017).

Em 2015, com o ataque de San Bernardino, na Califórnia, denotou-se a indignação da população americana diante de outro atentado terrorista que deixou 14 pessoas mortas. A partir daí, a incredibilidade da administração de Obama aumentou e a falta de confiança no governo, por parte da população, também. É certo que a insegurança criada após o ataque de 11 de setembro deixou um marco da história americana e resquícios de medo e desconfiança.

Em sete anos de mandato, foi apenas o terceiro pronunciamento de Obama transmitido pela televisão a partir do Salão Oval da Casa Branca. “A ameaça terrorista evoluiu para uma nova fase”, afirmou Obama no discurso de 15 minutos. A maior ameaça agora são os potenciais terroristas misturados na população, que podem agir de forma solitária, inspirados em grupos externos, mas não coordenados por eles (EL PAÍS, 2015).

Mediante tal afirmação, Barack Obama declara que o medo não deveria se alastrar e muitos menos categorizar os cidadãos árabes que viviam nos Estados Unidos. Contudo, providências foram tomadas e houve um endurecimento quanto às normas de imigração. O uso da força militar passou mais uma vez, a fazer parte das práticas adotadas pelo governo americano, mesmo depois de ações contrárias e diversos discursos afirmando que a segurança nacional era prioridade e o uso da força só se daria em último caso. Assim, quando a ISIS começou a praticar maiores atos terroristas em território americano, Obama declarou que a força militar seria necessária.

Finalmente, se o Congresso acreditar, como eu, que estamos em guerra com o ISIL, ele deve ir em frente e votar para autorizar o uso continuado de força militar contra esses terroristas. Por mais de um ano, ordenei aos nossos militares que fizessem milhares de ataques aéreos contra alvos do ISIL. Acho que é hora do Congresso votar para demonstrar que o povo americano está unido e comprometido com essa luta (OBAMA, 2015).

Em seu discurso, Obama tentava alertar o Congresso Americano para a questão e, durante um discurso, em janeiro de 2017, ele apontou como a imagem dos Estados Unidos estaria sendo formada por grupos terroristas e como esses se utilizavam disso para atacar o governo americano, que não media esforços quando se tratava da segurança nacional e estava disposto a contrariar os direitos humanos.

Se isso fosse fácil, teríamos fechado Guantánamo anos atrás. Mas a história lançará um duro julgamento sobre este aspecto de nossa luta contra o terrorismo e aqueles de nós que não conseguem chegar a um fim responsável. Mais uma vez, encorajo o Congresso a fechar as instalações e permitir que mais de nossos bravos homens e mulheres uniformizados servindo na Baía de Guantánamo voltem a enfrentar os desafios do século 21 em todo o mundo. Permanece o apoio bipartidário para o fechamento de Guantánamo e podemos fazê-lo de maneira responsável e segura, que também economize o dinheiro do contribuinte americano. Guantánamo é contrário aos nossos valores e prejudica nossa posição no mundo, e já passou da hora de encerrar este capítulo em nossa história (OBAMA, 2017, tradução nossa).

Outras questões como as negociações que aconteceram no Irã estavam ligadas ao comprometimento perante as estratégias ocidentais, garantindo a cooperação e o controle das armas nucleares no Teerã. Logo, o governo tentava reestabelecer diálogo com o Irã pautado nos direitos humanos e com membros do P5 +1 (membros do Conselho de Segurança e Alemanha) e Irã a respeito do programa nuclear. Entretanto, mesmo depois de sofrerem uma série de adiamentos, os Estados Unidos conseguiram uma limitação do número de centrífugas e da quantidade de urânio enriquecido no Irã, retirando todas as sanções impostas ao governo iraniano (PECEQUILO; FORNER, 2017).

E, por fim, o processo de paz entre Israel e Palestina que gerou controvérsias, pois durante a campanha eleitoral ficou acordado que haveria a manutenção entre os dois Estados e os dois povos. No entanto, a única resolução proposta pelo governo foi a de que ambas deveriam manter a paz e a segurança internacional. Dessa forma, Obama manteve seu compromisso com a segurança de Israel, transferindo mais armas e recursos àquela nação. Fato curioso foi que, durante a gestão de George W. Bush, houve a última tentativa factual do governo em estabelecer negociações diplomáticas entre ambos. Logo, Barack Obama não apoiou o pedido de inclusão da Palestina como membro permanente da ONU, mesmo sabendo que isso seria levado ao conhecimento total do Estado da Palestina. Em 2016, o governo americano garantiu abstenção segundo a qual não poderia haver assentamentos e o não estabelecimento de um Estado independente palestino com capital em Jerusalém. Contudo, “apesar dessa postura aparentemente pró Palestina, a ausência de um esforço diplomático concentrado, com metas claras, indica a estagnação de um processo de paz concreto e a falta de perspectivas de uma solução mediada” (PECEQUILO; FORNER, 2017). Portanto, os esforços para manter a paz entre ambos se tornava cada vez mais ineficientes.

Depreende-se que, todas as ações promovidas tanto no governo de Barack Obama quanto na administração de George W. Bush, convergem em algumas partes. O terrorismo será um dos tópicos principais nos discursos de ambos os presidentes e, ao analisar a forma como eles se impunham enquanto líderes de Estado e pelo aspecto que suas percepções e condutas eram tomadas ao longo de seus governos, leva a concluir que o combate ao terrorismo era algo a alcançar a longo prazo, e não como ambos previam. A anulação de tais grupos está ligada na forma como o governo enxerga essas nações. O Oriente Médio representa uma parte substancial do globo e nem todos aderem às práticas terroristas.

4. Considerações Finais:

Quando tratamos de grupos terroristas, lidamos com incertezas, pois, além de ser um ator “invisível”, atua de diversas formas a fim de propagar o terror. Assim, essa ameaça do século 21 torna-se um ponto bastante discutido pelos Estados visando inibir com a atuação desses grupos e estabelecer paz e segurança global.

Destarte, as repercussões causadas por ataques terroristas aumentaram após o 11 de setembro 2001, o campo de estudo do sobre o atentado amplia e cria diversas concepções e teorias para acabar com o terrorismo. Entretanto, mesmo com os estudos que partem dessa área, é possível entender que a extinção do fenômeno está longe de chegar ao fim. Conforme foi visto, durante as administrações de George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama em (2009- 2017), a Guerra Global contra o Terror implicou em diversas medidas, muitas delas levaram à resolução de conflitos, mas culminaram em outros.

Bush Filho pretendeu acabar com o terrorismo durante seu mandato, criou programas como o *Homeland Security e Patriot Act*, ações que resultaram na exaltação do nacionalismo americano e no controle da segurança e poder internacional. Já Obama implementou medidas que visaram melhorar a cooperação internacional, de modo que suas condutas não deferiram totalmente do antecessor. Por conseguinte, o combate a esse ator implica em diversas atuações, tanto na cooperação internacional, quanto na manutenção da paz. A posição que os Estados Unidos ocupam diante desse cenário é a de manter poder e ordem internacional, e o terrorismo atua de forma a desestruturar essa posição. Tanto George W. Bush e Barack Obama mudaram as vertentes da política externa, lidando com novos obstáculos que culminaram do pós 11/9. Suas políticas flexibilizaram ações de cunho militares e multilaterais, algumas resultando na impopularidade de ambos os governos, o que pode ser percebido pela guerra no Iraque que se estendeu por um longo período de tempo.

A luta dos Estados Unidos para manterem seu campo de influência e lidarem de forma “aceitável” com as diretrizes adotadas no combate ao terrorismo foi o maior entrave, visto que, uma nação que ganhou espaço no campo internacional demonstrando força e importância para o equilíbrio do sistema não seria subestimada por facções extremistas proclamando reivindicações políticas. O governo americano preocupa-se com seus interesses e a defesa da pátria e o terrorismo não deveria ser um problema de grande escala para o governo americano, contudo, seu maior erro foi acreditar que sua “perfeita” segurança poderia proteger o país de ataques como os que ocorreram. Dessa forma, o terrorismo cresce e ganha margens para sua prática, ganha importância de escala global. É necessário manter a cooperação por parte de todos estados e países.

O combate ao terrorismo deve ser algo realizável para combatê-lo, é a longo prazo, tratando-se a raiz do problema. Organismos como a ONU deveriam aumentar a fiscalização e, por conseguinte, aumentar programas que envolvam a comunidade internacional. O extremismo não é combatido brevemente, suas vertentes políticas e ideologias tornam a luta bastante específica, a de mudar a ordem global. Neste ponto, propostas como Guantánamo Bay não ajudam a eliminar tais grupos, e, muito menos, propiciam “paz” entre as nações. As ações devem ser precisas e envolver a ajuda dos governos. O novo ator do século 21 se alastra e é função dos governos tentar manter a estabilidade para que, no futuro, não ecloda uma guerra de proporções desastrosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMENDRA, Sandra Cristina da Silva. A política externa norte-americana de George W. Bush a Barack Obama: uma continuidade na mudança. 2014. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2014.

ANNAN, Kofi. **Uma estratégia mundial de combate ao terrorismo**. 2005. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2005/03/12/jornal/uma-estrategia-mundial-de-combate-ao-terrorismo-10842>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BARNES, Joe; BOWEN, Andrew. **RETHINKING U.S. STRATEGY IN THE MIDDLE EAST**. 2015. Disponível em: <<https://187ock2y3ejr34z8752m6ize-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2015/06/CME-Pub-StrategyMiddleEast-061915.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BBC. **Em números: Guerra no Iraque custou bilhões e deixou milhares de mortos**. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111215_eua_iraque_numeros_fn>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BUSH, George W.. **Remarks by the President in Address to the Nation: The Cross Hall**. 2002. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020606-8.html>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BYMAN, Daniel L.. Friends like These: Counterinsurgency and the War on Terrorism. **The Mit Press**. Cambridge, p. 79-115. set. 2006.

DINIZ, Eugenio. **COMPREENDENDO O FENÔMENO DO TERRORISMO**. 2002. Disponível em: <<https://ciberativismoeguerrea.files.wordpress.com/2016/09/diniz-do-o-fenomeno-do-terrorismo.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

GOMES, Aureo de Toledo; MIKHAEL, Michelle Mitri. Terror or Terrorism? Al-Qaeda and the Islamic State in Comparative Perspective. *Brazil Political Science Review*. São Paulo, p. 01-27. 26 mar. 2018.

HOUSE, White. **OVERVIEW OF AMERICA'S NATIONAL STRATEGY FOR COMBATING TERRORISM**. 2006. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nsct/2006/sectionI.html>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MILLER, Greg. **How Drones Became Obama's Deadly Weapon in a High-Altitude, Perpetual War**: Obama came to be branded as the drone president long before he could bring himself to publicly utter the word.. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/graphics/national/obama-legacy/drone-program-strikes.html>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

NATIONS, United. **UN Global Counter-Terrorism Strategy**. 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en/un-global-counter-terrorism-strategy>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

OBAMA, Barack. **Address to the Nation on the End of Combat Operations in Iraq**. 2010. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-the-end-combat-operations-iraq>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OBAMA, Barack. **Letter to Congressional Leaders on the Detention Facility at Guantanamo Bay, Cuba**. 2017. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/letter-congressional-leaders-the-detention-facility-guantanamo-bay-cuba>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

OBAMA, Barack. **President Barack Obama elaborated on U.S. efforts to counter ISIS – also known as ISIL, Daesh, or the Islamic State – in his remarks to the press**. The following are excerpted statements from the president on ISIS. 2015. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/article/obama-isis>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PAÍS, El. **Obama defende endurecer luta contra Estado Islâmico sem cair no medo**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449453134_535003.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017). **Carta Internacional**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.101-125, 26 set. 2017. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n2.2017.656>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos e o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 195 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Reflexões de Uma Década: Os EUA, o Terrorismo e o 11/09. Meridiano 47: Journal of Global Studies, Brasília, v. 12, n. 126, p.20-26, jul. 2011.

PILLAR, Paul R. **TERRORISM and U.S. FOREIGN POLICY**. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2001. 272 p.

RAPOSO, Álisson Campos. **TERRORISMO E CONTRATERRORISMO: desafio do século XXI**. 2007. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2018/05/RBI4-Artigo5-TERRORISMO-E-CONTRATERRORISMO-desafio-do-s%C3%A9culo-XXI1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ROSENBACH, Eric; PERITZ, Aki J.. *The USA-PATRIOT Act*. 2009. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/publication/usa-patriot-act>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

STATE, U.s Department Of. **National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism: Annex of Statistical Information**. 2016. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2016/272241.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

STEWART, Mark G.; MUELLER, John. *The Terrorism Delusion: America's Overwrought Response to September 11*. **The Mit Press**. Cambridge, p. 81-110. jun. 2012.

TIMES, New York. **At World Trade Center Memorial, a Bombing Is Forgotten The 9/11 Memorial**. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/02/19/nyregion/world-trade-center-memorial-1993-bombing-forgotten.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

WEDGWOOD, Ruth. "**Responding to Terrorism: The Strikes Against Bin Laden**" (1999). *Faculty Scholarship Series*. 2279. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2279>. Acesso em: 21 nov. 2018.